

Redes e intersectorialidade

Organização

Luciano Antonio Prates Junqueira

Maria Amelia Jundurian Corá



Implicações práticas e teóricas da análise de Movimentos Sociais nas perspectivas de redes e articulações

Maria Ceci Misoczky

Rafael Kruter Flores

Resumo

Este artigo propõe uma discussão crítica das abordagens de redes e articulações para o estudo de movimentos sociais. Na abordagem de redes, se mantém uma configuração estrutural funcionalista ao privilegiar aspectos como o compartilhamento de valores, a adequação à estrutura social e a agência de atores com mais ou menos recursos. Já na abordagem de articulações, a centralidade da análise se dá nas formas pelas quais distintos grupos enquanto singularidades se articulam em cadeias discursivas de equivalência que manifestam uma universalidade, ao eleger um antagonismo em comum. As proposições teóricas analisadas compartilham uma importante insuficiência: tomam o movimento como um objeto em si mesmo, sem considerar seus conteúdos sociais e políticos. Essas insuficiências levam os estudiosos a constatações genéricas e equivocadas, com consequências para construção do conhecimento, e que podem tornar-se perversas quando ganham aderência na práxis dos movimentos, uma vez que podem levar à substituição ou negligência do trabalho constante de organização da base pela hipervalorização das trocas nas redes sociais (no caso da abordagem de redes) ou ao descuido com o conteúdo material da conflitividade (acobertada em supostas cadeias de equivalência) e, portanto, à perda do propósito de negar o sistema gerador de vítimas.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Redes. Lutas sociais. Luta de classes. Organização.

Abstract

This paper proposes a critical discussion of the approaches of social networks and articulations for the study of social movements. In the social network approach, the structural functionalist configuration is maintained, since it privileges aspects such as values, the adaptation to the social structure and the agency of actors with more or less resources. In the articulation approach, the centrality of the analysis is given in the ways in which different groups articulate (as singularities) in discursive chains of equivalence (that express a universality) against a common antagonist. The propositions discussed here share a major weakness: they take social movements as an object in itself, regardless of their social and political content. These insufficiencies induce scholars to generic and misleading conclusions with consequences for knowledge, and that can become perverse when gaining adherence in the praxis of social movements. They can lead to neglecting the constant work and organization of the basis by overestimating interactions

in social networks (in the networks approach); or denying the material content of the conflicts (covered up in alleged chains of equivalence); and, therefore, the loss of the purpose of negating the system that generate victims.

Keywords: social movements. Social networks. Social struggles. Class struggle. Organization.

Este artigo propõe uma discussão crítica de três abordagens distintas no estudo de movimentos sociais (MSs). Nosso argumento é que o conhecimento produzido a partir destas perspectivas ou é irrelevante para a práxis dos lutas sociais, ou pode ter efeitos perversos sobre a organização de suas lutas.

A primeira se refere à análise estruturalista que define MSs como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas” (DIANI, 1992, p. 2). Alguns autores que compartilham essa abordagem focam em redes interpessoais como sendo constitutivas de movimentos (PASSY, 2003); outros tratam de redes interorganizacionais e suas repercussões no que se refere à construção de alianças, à troca de informações, ao compartilhamento de recursos, e ao pertencimento múltiplo de membros (DIANI, 2003a). No Brasil, essa perspectiva tem sido disseminada principalmente através dos trabalhos de Scherer-Warren (2000, 2005, 2006, 2012), que explora a diversidade identitária dos sujeitos, a transversalidade nas demandas por direitos, as formas de ativismo e de empoderamento através de articulações em rede e, finalmente, a participação política das organizações em rede.

A segunda abordagem aqui discutida se refere às proposições de Castells (2015) sobre os “movimentos sociais em rede” (MSRs), que confunde um meio para a organização (as redes sociais e a Internet) com a própria organização. Essa confusão se deve, entre outras razões, ao fato de o autor realizar aqui o mesmo procedimento que encontramos em um livro anterior (CASTELLS, 1998), qual seja, tomar o conceito de MSs como dado e apresentar um conjunto de exemplos como se fossem suficientes para comprovar a correção e relevância de sua categoria central. Se antes esse procedimento foi feito com relação ao poder da identidade; agora é feito para os movimentos sociais em Rede.

A terceira abordagem se refere às proposições desenvolvidas por Laclau e Mouffe (2001) em torno do conceito de “articulação” e da falta de identidades fixas que faz que toda organização das relações entre os

agentes sociais seja contingente e passível de redefinição. Para esses autores, as práticas articulatórias produzem estruturas discursivas que contém elementos (diferenças não articuladas) e momentos (diferenças já articuladas). Essas práticas, em situações de antagonismo, resultariam na formação das cadeias de equivalência de modo a simplificar o espaço social.

Antes de apresentar nossos argumentos, é preciso compartilhar o conceito de movimento social que adotamos. Esse conceito resulta da nossa própria interação com a organização de lutas sociais e, no plano teórico, das proposições de Cox (1999) e Dussel (2004): *movimento social é a organização estratégico-crítica-coletiva de múltiplas atividades materialmente fundamentadas que se orientam para a libertação das vítimas do sistema do capital*. Essa definição é importante porque estabelece a referências a partir das quais fazemos as reflexões apresentadas na sequência.

MOVIMENTOS SOCIAIS NA ABORDAGEM DE REDES

Nesta parte retomamos e complementamos críticas feitas anteriormente a essa abordagem.

Misoczky, Flores e Goulart (2008, p. 1) discutiram a influência das Teorias Organizacionais (TOs) convencionais na Teoria de MSs (MS's), especialmente a desenvolvida no contexto norte-americano. Para tanto, revisaram trajetórias teóricas, com foco na Teoria da Mobilização de Recursos, na Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas e no esforço de convergência entre elas, na aproximação recente entre teoria de MSs e teoria institucional, e na abordagem de redes. A pergunta que organizou o argumento foi “sobre as consequências que uma teoria fortemente influenciada pela lógica empresarial pode ter para nossa compreensão de movimentos que se orientam para a superação dessa lógica e das relações sociais por ela constituídas”. Especificamente com relação às proposições de Diani (1992, 2003), os autores registraram que o autor transforma a abordagem de redes em “um modo de operacionalizar a estrutura social, tornando não-existente práticas que não se orientam por negociações e construção de alianças em um contexto estrutural de atores pré-constituídos, sempre em decorrência da predominância da racionalidade instrumental” (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008, p. 11).

Em outra oportunidade, Misoczky (2009, p. 1163) retomou essa preocupação. Ao iniciar o texto, a autora indicou que a adoção da abordagem de redes “não apenas gerou um conjunto de aplicações técnicas formais”, como levou à “construção de uma nova definição do próprio objeto de estudo”, como encontrado em Diani (2003b, p. 1): “MSs são estruturas em rede altamente heterogêneas e complexas”. Na caixa abaixo reproduzimos as considerações já realizadas por Misoczky (2009, p. 1164-1166).

Caixa 1

A abordagem de redes nos estudos sobre movimentos sociais:
considerações realizadas por Misoczky em 2009

De acordo com um balanço realizado por Diani (2003a), a aproximação entre tal abordagem [de redes] e este objeto de estudo [MSs] vem se efetivando desde o final da década de 1980, com ênfase nos seguintes temas: engajamento coletivo imbricado em contextos específicos de relações; estrutura de redes em comunidades específicas e seu impacto no desenvolvimento de ações coletivas, tanto com base em modelos formais quanto em evidências empíricas; exploração de laços em mobilizações, aproximando estrutura e agência; trocas interorganizacionais sob a forma da construção de coalizões ou da superposição de membros; atividade de networking em comunidades virtuais ou reais; intersecção de indivíduos, organizações e protestos ao longo de períodos de tempo; potencialização do papel de grupos de interesse.

Em um sentido mais amplo é possível identificar a ênfase em redes de indivíduos ou em redes de organizações.

McAdam (2003) considera que um dos achados mais estabelecidos nos estudos sobre MSs indica que laços sociais prévios se constituem na base para o recrutamento, e que definições sociais já estabelecidas são o *loci* para sua emergência. Segundo ele, tipicamente os ativistas e simpatizantes de MSs estão ligados por laços públicos e privados muito antes que a ação coletiva se desenvolva. Ou seja, amigos, parentes, colegas e vizinhos podem afetar as decisões individuais de adesão a um movimento; o mesmo pode ocorrer com relação à participação prévia em outras atividades, em outras organizações políticas ou sociais. McAdam e Paulsen (1993) consideram que redes podem prover oportunidades para a ação através da circulação de informações sobre

atividades, organizações, contatos de pessoas e redução de custos práticos. Também podem facilitar o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas e, ainda, prover o contexto para a socialização de indivíduos em conjuntos específicos de valores e para o estabelecimento de laços emocionais (DIANI, 2003a). Della Porta (1988) discute quais os laços mais importantes, se os fortes ou os fracos, concluindo que os laços fortes são mais importantes em situações que envolvem riscos. Os laços fracos seriam mais relevantes para facilitar contatos e para a difusão de campanhas (DIANI, 2003a).

Para Passy (2003), as redes sociais intervêm em diferentes momentos no processo individual de decidir sobre a participação em MSs: (1) as pessoas se engajam em ações coletivas porque compartilham normas e valores, ou seja, a participação decorre de um processo de identificação, e como as identidades são criadas e moldadas através de relações sociais, as redes têm um papel importante, uma função de socialização; (2) as redes têm também uma função de conexão estrutural, que ocorre no momento anterior à adesão a um movimento (a conexão estrutural se refere à mediação entre possíveis participantes e uma oportunidade para a mobilização); (3) outra função é moldar as preferências ou percepções individuais e até as decisões, no sentido de que a decisão de aderir a uma ação coletiva seria influenciada pela ação de outros participantes. Portanto, “as redes fornecem estruturas de significado que permitem que os indivíduos criem (ou solidifiquem) identidades e estabeleçam proximidade cultural com uma disputa política específica, usualmente no longo prazo”. As redes também oferecem para os culturalmente sensíveis os temas em torno dos quais podem participar. Para que isso ocorra é indispensável a existência de confiança nos laços sociais (PASSY, 2003, p. 41).

Ansell (2003) sempre se refere a Granovetter (1992) e a Putnan (1993) para analisar o movimento ambientalista na área da baía de São Francisco (EUA). Complementando os autores mencionados, utilizou também as formulações de Gulati e Gargiulo (1999), que distinguem entre formas posicionais, relacionais e estruturais de imersão. Seu foco foi na exploração de como a imersão em uma comunidade ou em um grupo temático particular afeta as atitudes do movimento com relação à colaboração.

Diani (2003b) analisa o movimento ambientalista italiano da década de 1980, com o objetivo de verificar se a retórica da descentralização e não hierarquização de fato ocorria. Para tanto, utiliza dois critérios: a centralidade

na rede e a conexão. Tais medidas podem, segundo o autor, refletir dois tipos de influência: a capacidade de atrair apoio para iniciativas específicas (centralidade); e a capacidade de conectar setores de um movimento que tenham diferentes posições. Essas medidas foram correlacionadas com indicadores externos como acesso a instituições ou à mídia.

Outra vertente de estudos que adota a abordagem de redes se desenvolve a partir da emergência de MSs transnacionais. Khagram, Riker e Sikkink (2002, p. 7) consideram as redes transnacionais a mais informal configuração de atores não governamentais: “Redes são conjuntos de atores ligados além das fronteiras dos países por valores compartilhados, densas trocas de informação e serviços, e discursos comuns”.

Nessa mesma vertente, Della Porta (2006), em uma pesquisa sobre o Fórum Social Europeu, identifica a presença de denso capital social, composto por experiências anteriores, como fator facilitador da construção de fortes convergências em torno de temas-chave. A presença do conceito de capital social também é central no artigo em que Diani (1997) apresenta uma abordagem para estudar a consequência de MSs que focam em sua capacidade de produzir capital social, definido como laços baseados em mútua confiança e reconhecimento entre atores envolvidos em relações. O autor considera que o impacto dos movimentos pode ser avaliado pela mudança na centralidade relativa de seus componentes em diversas redes sociais. Quanto maior a amplitude dos laços que emergem em um período de mobilização sustentada, maior o impacto. [...]

A principal pesquisadora brasileira sobre redes de MSs, Sherer-Warren (2000, p. 31), considera que “as redes se referem a um tipo de relações/articulações sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes e merecem atenção especial”. Em sua proposta de abordagem a autora indica que a expressão rede de movimento social pode apreender o rumo das ações articuladoras de grupos com a mesma identidade social ou política, “a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas de cidadania” (SCHERER-WARREN, 2006).

[...] É bastante fácil perceber as afinidades que permitem as aproximações teóricas da Teoria da Mobilização de Recursos e da Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas com a abordagem de redes sociais: a ênfase na escolha racional de indivíduos que irão compor coletivos; a ação coletiva como instrumento para a busca de fins; a oportunidade propiciada por laços sociais

prévios ou por definições já institucionalizados; a oportunidade decorrente de arranjos preexistentes de circulação de informações e propícios ao desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas; a importância de estruturas de significados compartilhados. Como essa base teórico-conceitual que compõe o *mainstream* dos estudos sobre MSs possui a mesma origem que as formulações sobre redes oriundas do utilitarismo racional (ação com propósito com base em escolhas racionais); do funcionalismo estrutural (cooperação baseada em aspectos cognitivos normatizados e geradores de confiança); e da sociologia econômica (estruturas de suporte a trocas sociais), a aproximação entre as duas se realiza de modo fácil e coerente.

Nos estudos mencionados está, portanto, uma tendência ao predomínio do funcional e da descrição a-histórica. Na maior parte das vezes são abordagens heurísticas que buscam padrões a partir da modelagem de fluxos de informação, influência e ação; consideram que a ação é imitativa ou induzida pela influência de terceiros ou pela mídia; são despolitizadas, em contradição com a natureza do próprio objeto – essencialmente político. A categoria poder está ausente ou, quando presente, apenas como uma função da estrutura.

A abordagem de redes continua sendo central no *mainstream* dos estudos sobre MSs. Em 2015 foi lançado novo livro de Diani sobre redes sociais em localidades, analisando as interações entre os componentes da ação coletiva. O objeto de estudo são organizações (de voluntariado, autoridades locais, agências públicas) que, em Glasgow e Bristol (Reino Unido), estão envolvidas em ações de cooperação e disputa em torno a temas, tais como exclusão social, etnicidade, migração, ambiente e regeneração urbana, desde o início dos anos 2000. Para o autor, as redes formadas nessas trocas representam o “cimento da sociedade civil” e definem “o que as organizações de cidadãos são” (DIANI, 2015, p. 1).

A justificativa sobre a importância da abordagem de redes continua a demonstrar o foco estreito que dialoga com abordagens sistêmico-funcionalistas como se fossem as únicas existentes. Isso se constata na crítica que apresenta às abordagens agregativas e seu foco em atores específicos (indivíduos, organizações), na possibilidade de outros elementos (eventos, p. ex.), e nas características e motivações (em vez de focar nos sistemas de relações entre elas). Como exemplo, refere pesquisas que

analisam MSs através de médias e porcentagens ou que analisam a estrutura de movimentos através do perfil da população de organizações mobilizando-se em torno de um tema. Afirmo, então, que falta nessas abordagens a consideração de como os elementos se combinam em padrões relacionais específicos. Diz ele: “Faz, de fato, uma grande diferença se as organizações interessadas em certos temas colaboram, apoiam mutuamente suas respectivas iniciativas, e se fundem em agendas mais amplas, ou se fazem seu trabalho independentemente, tentando resguardar para si um nicho específico” (DIANI, 2015, p. 3).

Diani (2015) reconhece a tentativa de Melucci e Touraine para analisar as propriedades de “sistemas de ação coletiva”. Apenas para recordar, para Touraine (1985), MSs é o comportamento coletivo organizado de um ator social lutando contra sua classe adversária pelo controle da historicidade em uma comunidade concreta. Para Melucci (1989), os MSs são uma classe específica de fenômeno coletivo: uma forma de ação coletiva que envolve a solidariedade, um conflito e o rompimento com os limites que o sistema pode tolerar sem alterar sua estrutura. Ele enfatiza a identidade dos atores e a cultura, as crenças generalizadas e os valores, além de focalizar as características da sociedade pós-industrial. Na percepção de Diani (2015, p. 4), “Melucci tratou os MSs como uma categoria analítica distinta, sugerindo que se pode facilmente identificar lógicas múltiplas e diferentes de ação em episódios empíricos de ação coletiva”. Entretanto, segue o autor, “em vez de teorizar as formas e condições da interação de diferentes lógicas em episódios e contextos específicos, focou no que era distinto dos MSs”, limitando sua análise a redes informais através das quais “identidades pessoais são negociadas e projetos de mudança pessoal são conduzidos”. Em nosso entendimento, muitas críticas podem ser feitas à abordagem dos Novos Movimentos Sociais (ver, p. ex., COX; FOMINAYA, 2013), mas é preciso reconhecer a relevância de sua contribuição no tratamento de aspectos até então negligenciados.

Uma vez mais, Diani (2015) reafirma sua filiação ao que denomina como “agenda clássica de pesquisa sobre MSs”, por referência a Tilly e Tarrow (2007). Novamente apenas para recordar, a vertente da Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas e do Enfoque de Dinâmicas de Enfrentamento enfatiza a dinâmica que leva à insurgência, definindo MSs como uma série de interações entre detentores de poder e pessoas que

conseguem falar por aqueles que carecem de representação formal, tornando visíveis demandas por mudanças na distribuição ou no exercício do poder. Focalizam fatores estruturais, como a abertura ou o fechamento da arena política, a estabilidade de alianças políticas, a presença ou a ausência de elites aliadas, e as divisões nas elites. Assim, o fator estrutural é a variável explicativa em relação a duas variáveis dependentes: momento e resultado da atividade do movimento. Subjacente a essa abordagem, se encontra a da escolha racional de Olson (1999) e sua concepção de ação coletiva segundo a qual os indivíduos se agregam para solucionar problemas que não poderiam ser enfrentados de outro modo; ou seja, uma afetação sentida no nível individual é canalizada, com elevados custos, para o nível coletivo, entendido como a maximização das ações individuais.

Nessa linha, na visão de Diani (2015, p. 5), “as redes sociais são, primariamente, pré-condições para a ação coletiva e centrais ao processo de definição de fronteiras”. Porém, ainda que os mecanismos relacionais sejam cruciais, o foco principal é “na interação entre diferentes tipos de atores políticos e seus ambientes, em vez das relações mais estáveis e profundas”. A razão, segundo esse autor, para “o espaço limitado atribuído ao mapeamento sistemático de redes provavelmente resulta da suspeita de que “essa abordagem analítica seja estática e, portanto, não adequada para mapear a evolução em padrões relacionais”. O esforço é, portanto, “desenvolver um modelo relacional de modos de coordenação da ação coletiva” de maneira a “capturar o que é distintivo de MSs como uma forma particular de ação coletiva, localizando-os firmemente na dinâmica mais ampla da sociedade civil”.

Segue, no livro que estamos considerando, a apresentação e análise dos objetos de estudo, aplicando a tecnologia convencional de análise de redes. As conclusões são absolutamente redundantes com a orientação teórica de corte estrutural-institucionalista adotada, se não mera expressão de senso comum: a sociedade civil pode ser analisada como um campo distinto; os modos de coordenação representam princípios organizacionais básicos dos campos da sociedade civil; cada episódio de ação coletiva combina diferentes modos de coordenação; MSs são apenas um modo de coordenar a ação coletiva na sociedade civil; apesar dos MSs e das coalizões se parecerem, não são iguais; MSs são distintos, mas as Organizações de MSs não o são; MSs não são necessariamente anti ou extrainstitucional; mesmo

com vínculos fracos nos níveis de enfrentamento e protesto, as estruturas do MS permanecem; famílias de MSs são frequentemente um melhor foco de análise que movimentos específicos; abordagens agregativas e relacionais complementam em vez de substituir insights sobre os campos da sociedade civil e teses sobre movimento da sociedade; o contexto importa, mas não necessariamente como pensamos, podendo ser complementado com a abordagem de mecanismos cognitivos através do *framing process*.

Dadas as limitações das conclusões não é de surpreender o último parágrafo desta parte:

Tendo apresentado nossos pontos principais, é o momento de discutir algumas expansões óbvias da abordagem apresentada neste livro: como transformar uma abordagem largamente estática em uma ferramenta analítica capaz de capturar alguns aspectos importantes da evolução de campos cívicos? Em que medida pode a abordagem dos modos de coordenação guiar pesquisas da ação coletiva em contextos não-Occidentais? Como pode esta abordagem se relacionar com os debates atuais sobre o impacto da tecnologia da informação sobre padrões de ação coletiva? (DIANI, 2015, p. 204)

O autor promete respostas no Posfácio. No entanto, novamente o que encontramos são comentários superficiais, especulativos e desinformados sobre o que considera serem novos fenômenos: a crescente atenção de analistas da ação coletiva a dinâmicas; a insurgência de movimentos advogando mudanças radicais (*sic*), com foco especial em países do Oriente Médio e norte da África; e o papel crescente da Internet em todas as esferas da vida social.

A surpresa de Diani (2015) com o papel da Internet é evidentemente anacrônica, até porque o tema vem sendo exaustivamente tratado nas últimas décadas. Nesse sentido, na sequência, trazemos algumas proposições de Castells (2015) a esse respeito, destacando que, por óbvio, sua proposição de “movimentos sociais em rede” (MSRs) confere à Internet um papel substitutivo (e não subsidiário) da organização coletiva tão definidora do que sejam MSs. De fato, o autor está propondo uma nova categoria para tratar o que considera ser um tipo específico de MS que teria tido um marco específico de surgimento.

MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE

Segundo Castells (2015, p. 3), os MSRs “apareceram primeiro no mundo árabe e foram confrontados com violência assassina pelos ditadores árabes”. Surgiram, então, “outros movimentos contra a má gestão da crise econômica pelos governos da Europa e dos Estados Unidos, que se posicionaram ao lado das elites financeiras responsáveis pela crise, às custas dos cidadãos”. Também em Israel, “um movimento espontâneo com múltiplas demandas se tornou a maior movimentação de base na sua história”. Especificamente, o movimento *Occupy Wall Street*, “tão espontâneo como todos os outros, e tão em rede no *cyberspace* e no espaço urbano como os outros, se tornou o evento do ano e afetou quase todo o país”. O objetivo do livro é, considerando esse contexto, “lançar luz sobre esses movimentos: sua formação, dinâmicas, valores e prospectos para a transformação social”.

Essa é uma pesquisa sobre os MSs na sociedade em rede, os movimentos que vão, em última instância, fazer as sociedades do século XXI ao se engajar em práticas conflitivas enraizadas nas contradições fundamentais do nosso mundo. [...] O propósito é [...] sugerir algumas hipóteses, baseadas na observação, sobre as perspectivas de MSRs, com a esperança de identificar novos padrões de mudança social no nosso tempo e estimular um debate sobre as implicações práticas (e, portanto, políticas) dessas hipóteses. (CASTELLS, 2015, p. 4)

No livro, são apresentados e discutidos alguns movimentos que corresponderiam à definição de MSRs. Para ilustrar deturpações e interpretações superficiais sobre as várias mobilizações tratadas no livro, reproduzimos aqui de maneira mais extensa o item que trata dos eventos ocorridos em 2013-2014 no Brasil.

Castells (2015, p. 230) já inicia o item com um equívoco. Diz ele: “O Brasil esteve na dianteira dos MSRs em 2013 e, em menor extensão, em 2014. O impacto destes movimentos, que começaram como protestos localizados e setoriais em janeiro de 2013, transformaram o debate público e o panorama político de um dos mais importantes e dinâmicos países do mundo”. Seu primeiro equívoco reside em ignorar que a luta pela redução das tarifas de transporte coletivo e/ou pelo passe livre tem uma longa história que remonta, pelo menos, a agosto de 2003, movimento que ficou

conhecido como a “Revolta do Buzu”, em Salvador. Como indica Pomar (2013), os eventos de 2013 não foram “um raio em um céu azul”, mas expressão de um acúmulo de lutas e processos organizacionais de pelo menos uma década e ocorrendo em diversas cidades do país.

Nas afirmações sobre o país e sobre Porto Alegre (mencionada pela ação do Bloco de Lutas pelo Transporte Público que marcou cronologicamente o início das mobilizações de 2013), Castells (2015, p. 231) repete as versões eficientes para o olhar estrangeiro, tais como a do sucesso dos governos liderados pelo PT na “substancial redução da pobreza” ou a cidade como “símbolo da mudança social contemporânea”, por ter sido o local de origem do Orçamento Participativo e ter sediado várias vezes o Fórum Social Mundial. Como escrevemos desde Porto Alegre, sofremos a constante repetição deste “nada” sobre uma cidade que, como qualquer outra, é produzida no entrelaço da luta de classes em resultantes que nada têm de simbólicas e, muito menos, de transformadoras do mundo onde vivemos. (ver, p. ex., OLIVEIRA; MISOCZKY, 2016; OLIVEIRA; FLORES, 2016).

Ao tratar das Jornadas de Junho, Castells (2015, p. 232-234) faz uma miscelânea fenomenal:

A campanha pelo transporte foi tomada pelo Movimento Passe Livre (MPL) [...]. Depois que um juiz cancelou a proibição da autoridade local em 6 de junho, um protesto coordenado, organizado na Internet pelo MPL, Anonymous e Ninja (mídia independente), ocorreu em todo o país. Em São Paulo, 20 mil pessoas bloquearam a avenida principal, desta vez pedindo transporte público gratuito. Houve uma repressão violenta da política local e estadual. Alguns responderam da mesma forma. As demonstrações continuaram por vários dias antes de chegar aos confrontos dramáticos de 13 de junho, com barricadas erguidas no centro de São Paulo. Neste contexto, um novo tema tomou a dianteira do protesto: a corrupção e o desperdício de gastos associados à Copa do Mundo de 2014. [...] A mídia, então, prestou atenção no movimento, desvalorizando as demandas e enfatizando atos de violência. Entretanto, a atenção da mídia despertou a opinião pública para as amplas razões para protestar e, condenando a violência, a maioria da opinião pública expressou apoio às críticas sobre os gastos elevados nos estádios e infraestrutura sem transparência, e pelo benefício de

corporações da construção civil corruptas. [...] Quando os ativistas foram acusados de induzir tantos transtornos por apenas 20 centavos, sua resposta foi: “Não é pelos 20 centavos, é pelos nossos direitos”. [...] Em 20 de junho, na demonstração mais forte em São Paulo, o principal alvo dos protestos foi a corrupção política – expondo as práticas do governo e a classe política como um todo. [...] Demonstrações de massa continuaram no Brasil nos meses seguintes. No dia 7 de setembro de 2013 [...], centenas de milhares de pessoas foram às ruas [...] o principal alvo era a corrupção dos políticos.

Vejamos alguns dos tantos equívocos presentes na transcrição acima: comparar o protagonismo de Anonymous e Mídia Ninja com o do MPL (argumento indispensável para corroborar a ideia de MSRs); tomar o que ocorre na cidade de São Paulo como equivalente ao que acontece no Brasil; ignorar o processo de disputas marcado por posições de classe (voltaremos a esse tema nos próximos itens); ignorar o sequestro de uma luta que confrontava o primado do capitalismo (o lucro, neste caso na exploração do transporte coletivo concedido pelo poder público) por uma pauta moral (contra a corrupção), processo liderado pela mídia corporativa (ver VIANA, 2013a); ignorar que o MPL continuou afirmando que era sim pelos 20 centavos e que em outros locais, como ocorreu em Porto Alegre, a organização da luta foi capaz de retomar a centralidade desta pauta (ver PINTO, 2014; MISOCZKY; FLORES, 2015); e manifestar total “incapacidade de perceber a velha toupeira que trabalhava no subsolo do tecido social”, a lenta e persistente construção que os lutadores sociais fazem cotidianamente, porque foca na fagulha que deflagra o incêndio em vez de “nas condições da pradaria, que, estas sim, explicam porque o fogo pode se propagar” (VAINER, 2013, p. 36).

Na sequência, Castells (2015, p. 234) apresenta uma leitura confusa do cenário dos partidos políticos para, logo, surpreender-se com “a presença de grupos conservadores e de extrema direita, mais nas redes sociais que nas ruas” (*sic*). Diz ele, em sua síntese:

As redes sociais brasileiras e as ruas brasileiras se tornaram os locais de protesto de centenas de milhares, e projetos políticos convergiram (*sic*) na direção de um movimento multifacetado, menos espontâneo e mais ambíguo (*sic*) em sua crítica da ordem social. A oposição de

direita ao governo mais progressista da história do Brasil se misturou com posições dos MSs contra a corrupção política e por novas formas de democracia participativa. (CASTELLS, 2015, p. 235)

Pronto, da mesma forma que a mídia corporativa construiu uma narrativa que despoja os eventos de toda sua radicalidade, Castells (2015) refaz a trajetória descrita por Viana (2013b, p. 99): “graças à invenção do protesto sem protesto, foi bastante fácil para a mídia recriar por completo seu discurso a partir do dia 13 [...]. A reconstrução da narrativa reconduzia precisamente ao ponto em que as mobilizações em torno do nada haviam encontrado sua terapêutica: a subsunção dos fins aos meios”. Indo além, a autora recoloca a centralidade dos 20 centavos – era sim por 20 centavos – e o papel das redes sociais: “O fato é que era por causa de vinte centavos, uma ‘migalha’, cujo significado para aqueles que sabem quantas moedas carregam no bolso e qual o valor de cada uma delas, nós só podemos imaginar. Os rapazes e moças do MPL, que discutem as políticas de transporte público há anos, e cuja organização não se limita às redes sociais, imaginaram” (VIANA, 2013b, p. 102).

Pablo Ortellado, em entrevista a Lopes (2013), também faz reflexões que nos levam a contestar a versão em tons pastéis de Castells (2015):

Foi uma tensão que vivemos nos dias que se seguiram, do dia 16 até o dia 19. Rolou uma pressão. Por causa dessa ampla exposição nos meios de comunicação, isso lançou nas ruas uma multidão com um conjunto de reivindicações que desfocava tudo o que essa luta tinha trazido. Essa dimensão estratégica foi confrontada por um conjunto de pautas que não tinha meta nenhuma. Era simplesmente uma insatisfação genérica puramente autoexpressiva. No entanto, o MPL soube conduzir, acolher essas pessoas que estavam indo às manifestações e subordinar todas essas novas reivindicações à primeira demanda, que era a dos R\$ 0,20.

Dada a superficialidade e os equívocos, a conclusão de Castells (2015) sobre as demonstrações de 2013 e 2014 reproduz o senso comum social-democrata de maneira desconectada até mesmo das informações deturpadas apresentadas por ele próprio. O governo que antes

havia reduzido a pobreza agora coloca o crescimento econômico acima de qualquer coisa e um MSR precisa de lideranças organizadas e de um programa preciso. Vejamos as contradições nas palavras de Castells (2015, p. 237):

[As demonstrações] parecem desafiar o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico sem restrições e uma refutação aos agentes políticos que detém o poder no Estado brasileiro. Ainda que o movimento não tenha um programa preciso, para não falar em liderança organizada, suas posições indicam claramente um desejo de criar uma sociedade e um Estado de tipo diferente na busca de uma qualidade de vida multidimensional e de experimentação com democracia participativa.

Essas contradições ficam ainda mais evidentes quando confrontadas com o texto que dá início ao último capítulo do livro:

Os MSRs, cujas experiências compartilhamos neste livro, vão continuar a lutar e debater, a evoluir e, eventualmente, esvanecer-se no seu estado atual de ser, como ocorreu com todos os MSs na história. Mesmo no caso improvável em que se transforme em um ator político, em um partido, ou em alguma nova forma de agência, eles vão deixar de existir por esse mesmo fato. Porque a única questão relevante para avaliar o significado de um MS é a produtividade social e a história de suas práticas, e o efeito nos seus participantes como pessoas e na sociedade que tentam transformar. (CASTELLS, 2015, p. 314)

Em 2001, Castells já havia afirmado a existência de MSs na Internet. Nessa mesma onda, em 2002, Tarrow afirmou que a Internet era não apenas um meio de comunicação, mas um processo organizacional. Já em 2005, Bennet confrontou essas afirmações, analisando a organização do Dia Internacional contra a Guerra do Iraque (15 de fevereiro de 2003) e concluiu que os participantes do dia de protestos que se basearam na Internet e em outras e-mídias foram aqueles que já tinham forte identificação com os movimentos de justiça global.

Essa referência é trazida para ilustrar que há mais de uma década esse mito conveniente da centralidade da Internet já vem sendo contestado. Nas palavras de uma ativista, citado por Misockzy e Flores (2015, p. 31), e ditas em uma assembleia popular do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público durante as Jornadas de Junho de 2013: “o que organiza é a organização na base, algo que fazemos cotidianamente”.

ARTICULAÇÃO E CADEIAS DE EQUIVALÊNCIA

O conceito de “articulação”, em Laclau e Mouffe (2001; 2004), tem origem na releitura que os autores fazem do conceito de “hegemonia” em Gramsci, e em uma crítica feita pelos autores a uma caricatura de Marx, na expressão usada por Barker et al. (2013). Portanto, para compreender a articulação, é necessário compreender, mesmo que brevemente, quais são essas releituras e críticas.

A crítica de Laclau e Mouffe (2001, p. viiii) ao Marxismo orbita em torno daquilo que chamam de reducionismo de classe ou essencialismo, ou seja, a redução de toda perspectiva analítica e estratégica às relações de classe ou à luta de classe. Para eles, temas como classes, contradições entre forças produtivas e relações de produção se tornaram “fetiches sedimentados”. Assim, “reler a teoria Marxista à luz dos problemas contemporâneos exige necessariamente desconstruir as categorias centrais daquela teoria”. Nesse sentido, os autores assumiram a tarefa de reelaborar uma das principais categorias do Marxismo Ocidental: hegemonia em Gramsci.

Ainda que Gramsci (2002, p. 40) nunca tenha elaborado uma definição para o termo “hegemonia”, ou nunca tenha articulado uma teoria da hegemonia como um todo coerente, é possível extrair de seus escritos a ideia de hegemonia como um momento no qual um grupo “adquire a consciência de que os próprios interesses [...] podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”. Para ele, esse processo caracteriza a passagem das estruturas para as superestruturas complexas, envolvendo muitos aspectos, sendo um deles central: a subordinação intelectual. Para Gramsci (2006, p. 97), o intelectual é o ator principal, pois tem como função criar, elaborar visões de mundo organicamente conectadas

ao grupo ao qual pertence. Assim, a hegemonia ocorre quando “um grupo social [...] toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é sua e afirma-a verbalmente [...]”.

Quem é o intelectual e por que ele elabora a existência de seu grupo? Em Gramsci (1991, p. 8), a existência do intelectual é condição para a hegemonia, pois ela se traduz como liderança intelectual e moral: a atividade intelectual precisa ser considerada como parte “de um sistema de relações nas quais essas atividades (e, portanto, os grupos intelectuais que as personificam) ocorrem”. Isso significa que a atividade intelectual não pode estar desconectada da realidade material e concreta, da posição em determinada estrutura social, a não ser que ela se configure naquilo que o filósofo conceitua como sendo a atividade do intelectual tradicional – uma categoria oposta à do intelectual orgânico. Intelectuais tradicionais são aqueles que elaboram de acordo com percepções desconectadas da realidade concreta, ou arraigadas em realidades e práticas anacrônicas, expressando assim visões de mundo conservadoras.

Tendo dito isso, nos parece suficiente neste momento concluir essa breve digressão com o já bem conhecido argumento de que Gramsci amplia a perspectiva de classe estritamente vinculada às relações de trabalho. O subalterno e o dominante, os dois principais grupos na luta social, não são apenas uma expressão da divisão entre capitalistas e trabalhadores, mas incluem a luta intelectual, ou a batalha cultural: uma luta por conceitos, visões de mundo, ideologias e projetos.

Laclau e Mouffé (2004) reconhecem que Gramsci se diferencia das interpretações oriundas da Segunda Internacional¹, mas estendem o argumento a um ponto que extrapola a linha ontológica e epistemológica que divide o Marxismo do Pós-Estruturalismo. Para eles, a hegemonia em Gramsci subverte radicalmente o dualismo da Segunda Internacional (o que para eles é sinônimo de Marxismo), pois ali

[...] a contingência histórica parece ter-se expandido de forma mais ampla no campo das relações sociais do que em qualquer dos discursos anteriores, já que os elementos sociais perderam a conexão

1 Para uma detalhada discussão sobre o que diferencia Gramsci e Lukács das proposições da Segunda Internacional, ver Oldrini (1999).

essencial que os constituíam em momentos no paradigma etapista, e seu sentido próprio depende de articulações hegemônicas cujo êxito não está garantido por nenhuma lei da história (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 119).

É como se com o conceito de hegemonia Gramsci aceitasse a perda da necessária conexão do social com o material, das superestruturas com as estruturas que formam a base de qualquer sociedade – relações de produção da vida social. É neste ponto que Laclau e Mouffe (2004), ao invés de referir o conceito de hegemonia em Gramsci, começam a elaborar seu próprio conceito. Fazem-no ao incluir a contingência histórica e a articulação entre grupos como categorias centrais, contrastando-as com uma das caricaturas de Marx, a lei da história, como se em Marx ou no Marxismo (de maneira genérica) existisse uma lei que governa a história de forma determinista. Os autores dão, assim, um passo seguinte e criticam Gramsci precisamente na sua formulação mais original mencionada acima: a ampliação do conceito de classe sem abandonar um posicionamento materialista.

A infraestrutura não assegura à classe operária sua vitória, pois esta depende de sua capacidade de liderança hegemônica; mas a uma falha na hegemonia operária somente pode corresponder uma reconstituição da hegemonia burguesa. A luta política segue sendo, finalmente, um jogo de soma zero entre as classes. Este é o último núcleo essencialista que continua presente no pensamento de Gramsci, e que coloca um limite à lógica desconstrutiva da hegemonia. (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 119)

Em um momento histórico no qual as relações de classe seriam insuficientes para compreender os antagonismos sociais (e as lutas de classe não são suficientes para o que os autores chamam de um “projeto da esquerda”), eles perguntam: “como [...] uma relação entre classes deve ser para tornar possível uma relação hegemônica?” Para que a hegemonia, na versão de Laclau e Mouffe (2004, p. 119), seja possível é necessário que “elementos cuja própria natureza não os predetermina entrem em um certo tipo de articulação como resultado de uma prática externa a eles”.

Essa é a definição de articulação contingente, que pressupõe uma definição de universalidade, já que esta é inerente à hegemonia.

Universalidade é definida, em Laclau e Mouffe (2001, p. xxxi), como uma relação dialética entre lógicas de diferença e de equivalência. Deixemos que os autores expliquem o esquema.

Os atores sociais ocupam posições nos discursos que constituem o tecido social. Neste sentido, elas são, estritamente falando, particularidades. Por outro lado, existem antagonismos sociais que criam fronteiras internas à sociedade. Por exemplo, diante de forças opressivas, um conjunto de particularidades estabelece entre si relações de equivalência. Torna-se necessário, no entanto, representar a totalidade desta cadeia para além dos particularismos diferenciais dos laços equivalentes. Quais são os meios de representação? Como afirmamos, esses meios de representação só podem consistir em uma particularidade cujo corpo se divide, dado que, sem deixar de ser particular, ela transforma seu corpo na representação de uma universalidade que o transcende – de uma cadeia de equivalência. Essa relação, pela qual uma certa particularidade assume a representação de uma universalidade inteiramente incomensurável com a particularidade em questão, é o que chamamos de uma *relação hegemônica*. (grifos nossos)

Assim, a hegemonia para Laclau e Mouffe (2001, p. xiii) é uma “teoria da decisão tomada em um terreno indecيدido”. Não há determinações fixas, seja em termos de posições enraizadas na existência social, seja em termos de identidades. Isso faz que a condição para a hegemonia não seja mais a liderança intelectual e moral de um grupo, conquistada a partir de sua condição na materialidade das relações sociais e elaborada pelo intelectual orgânico; agora, a condição para a hegemonia é a capacidade e a possibilidade de articulação entre diversos elementos discursivos (sejam eles quais forem) em oposição a um antagonismo que os oprime. Ou seja, a hegemonia pode se dar em qualquer tipo de relação social, em qualquer tipo de conflito.

Não há um agente ontologicamente privilegiado, um agente que existe antes mesmo da luta (CONTU, 2002); os agentes em luta se formam de maneira contingencial aos antagonismos e a partir da articulação em

cadeias de equivalência, possibilitadas pela transcendência de um desses elementos antagônicos que se alça da condição de particular a universal, tornando-se, assim, o elo dos particulares contra algum tipo de opressão. Com essa formulação, os autores buscaram atualizar a teoria política e a estratégia para o que chamam de socialismo, tendo como orientação política a radicalização da democracia nos marcos da ordem liberal.

Muitas foram as críticas direcionadas a essas formulações (DUSSEL, 2001; GERAS, 1990; LACLAU; BASHKAR², 1998). Não é nosso objetivo aprofundar nessas críticas, mas precisamos mencionar o resgate feito por Dussel (2001, p. 200) do conceito de hegemonia em Gramsci. Para o filósofo argentino, a formulação de Laclau “não possibilita encontrar o critério que possibilita à ação política estratégica exercer uma hegemonia que não seja por mera hegemonia, mas em favor dos oprimidos”. Ou seja, com a desconexão da base material do mundo real, desaparece o critério que divide o que poderíamos chamar de hegemonia em abstrato (que pode ser exercida por qualquer grupo com qualquer projeto) da hegemonia em favor dos oprimidos. De fato, não se encontra, na teoria de Laclau e Mouffe, teorização de fôlego sobre as desigualdades e a produção de vítimas no sistema capitalista. O mundo que subjaz à sua teorização é um mundo relativamente equilibrado no qual todos têm condições de articular-se contra qualquer coisa que os oprime.

Desse modo, podemos afirmar que o esvanecimento de elementos estruturais, posições de classe, necessidades sociais e da totalidade, induz a conclusões nas quais atores sociais, lutas sociais, organizações e distintos processos fluem em um vazio, um nada (LACLAU; BASHKAR, 1998) que não se conecta à realidade concreta. Esse processo interdita qualquer possibilidade de alternativas para transformar radicalmente este mundo.

Apesar dessas limitações, ou precisamente por essas limitações, as proposições de Laclau e Mouffe (2004) têm atraído a atenção de vários estudiosos do tema dos MSs. Nosso argumento é que as insuficiências teóricas aqui apontadas podem gerar efeitos perversos devido a conclusões que iluminam a dimensão operacional-discursiva enquanto obscurecem a dimensão material-concreta, na qual toda a existência social se enraiza e da qual toda a luta social se origina e está imersa.

2 Trata-se de um debate entre Laclau e Bashkar. As críticas que trazemos para este texto se referem às apresentadas por Bashkar.

Dellagnelo, Böhm e Mendonça (2014, p. 619) adicionaram à Teoria Política do Discurso (TPD), forma pela qual essas proposições ficaram conhecidas, a dimensão organizacional. Para os autores, isso se torna necessário para preencher a lacuna da materialidade da teorização quando direcionada à análise de movimentos de resistência, pois “ao lermos estudos empíricos de movimentos de resistência com a TPD, o aspecto material da organização é frequentemente subanalisado”. A revisão de estudos sobre movimentos de resistência no campo dos Estudos Organizacionais (EOs), referenciados na TPD, levou os autores à proposição de tópicos organizacionais que ajudariam a suprir as lacunas: liderança, recursos, comunicação e tomada de decisão. A proposta é uma articulação entre TPD e EOs para responder à pergunta sobre como se estabelece a hegemonia: “a pergunta sobre como a hegemonia é estabelecida, mantida e resistida não pode ser respondida sem examinar as dimensões organizacionais (DELLAGNELO; BÖHM; MENDONÇA, 2014, p. 627). Em nossa percepção, as lacunas da TPD não se resolvem pela adição da dimensão organizacional, ainda mais se considerarmos a dimensão tal qual trabalhada pelos autores, oriunda da gestão empresarial. Isso seria adicionar um problema a mais em uma teoria já cheia de problemas! As lacunas da TPD são insuficiências de origem, pois toda a teorização nasce da crítica a uma caricatura teórica de Marx e do materialismo dialético. Chama atenção também, na introdução do texto mencionado, a referência de passagem feita às manifestações de 2013 no Brasil, pois manifesta uma percepção equivocada influenciada pela TPD: a ênfase na aparência discursiva e nas articulações superficiais leva à obliteração das questões de fundo.

No Brasil, testemunhamos as mobilizações de homossexuais contra a homofobia, movimentos pela descriminalização da maconha e, recentemente, em 2013, uma onda de descontentamentos que irrompeu em Porto Alegre, São Paulo e em outras cidades grandes no País. Esses protestos recentes iniciaram como resposta à alta de tarifas no transporte público, mas rapidamente se conectaram a outros problemas como corrupção, espiralizando-se a temas como a Copa do Mundo, *unificando, quase precariamente,*

diferentes demandas e grupos sociais. (DELLAGNELO; BÖHM; MENDONÇA, 2014, p. 618, grifos nossos)

A unificação das demandas nas Jornadas de Junho de 2013 foi absolutamente impossibilitada justamente por aquela dimensão que Laclau e Mouffe (2004) mais negam nas relações sociais: as relações de classe. Dessa maneira, não se pode conectar a demanda pelo transporte público com a demanda contra a corrupção, já que partem de grupos com posições distintas na estrutura social e, portanto, possuem distintas concepções e visões do mundo social. Nestes casos, não há como os atores cancelarem suas diferenças em nome de uma universalidade contingente como quer a TPD, pois essas diferenças são constitutivas de seu ser social. Esse é um exemplo da influência nefasta que essa teoria pode ter, justamente porque a negligência dessas questões e a ênfase na aparência de uma articulação contingente e fugidia leva a conclusões muito equivocadas.

Outra situação analisada com base na TPD foi o processo de expulsão da transnacional Bechtel de Cochabamba, na Bolívia em 2001. Otto e Böhm (2006, p. 312) analisaram a mobilização social centralizada na *Coordinadora Departamental en Defensa del Agua y de la Vida*, e concluíram que “a articulação de uma variedade de demandas foi canalizada em uma demanda comum: água”. Isso teria sido possível porque o termo “água” é tão aberto e genérico que acomodou uma grande diversidade de demandas e interpretações. Ainda que possamos concordar com o fato de que a luta contra a privatização dos serviços de água em Cochabamba catalisou demandas e descontentamentos de grupos distintos – a ponto inclusive de redundar no movimento ao socialismo que levou Evo Morales à Presidência; o fazemos por uma outra via analítica que nos parece mais profícua (FLORES; MISOCZKY, 2015). Ora, sendo a água o bem mais essencial à vida (material), sua privação foi o estopim para a revolta. Dessa maneira, invertemos a conclusão dos autores de que a mobilização foi possível em função da generalidade abstrata da água (universalidade): o que levou à sublevação foi a materialidade da privação concreta que ameaçava a vida das comunidades. Além disso, a influência da teoria de Laclau e Mouffe (2004) impede a análise dialética do processo e leva a conclusões lineares, como a afirmação de que o discurso da *Coordinadora* substituiu a hegemonia da lógica de mercado neoliberal (OTTO; BÖHM, 2006). Em

outro texto, indicamos a continuidade da lógica neoliberal nas medidas relacionadas ao abastecimento de água tomadas naquele país mesmo após a ascensão de uma suposta nova hegemonia (FLORES; MISOCZKY, 2013).

Mais recentemente, a análise de Fontoura, Bharucha e Böhm (2016) indica, novamente, uma influência da TPD que nos parece problemática: a ênfase nos discursos institucionais em prejuízo das práticas concretas. Os autores buscaram entender a luta pela hegemonia no sistema agrícola alimentar transnacional (*transnational agri-food system*) a partir da análise dos discursos dos principais atores da Conferência Rio+20: organizações governamentais, grandes corporações e grandes organizações não governamentais. Ou seja, a análise se deu no nível discursivo de um evento protagonizado pelas corporações transnacionais que dominam a produção, distribuição e consumo de alimentos, sem qualquer menção às práticas concretas das pessoas que produzem, distribuem e consomem alimentos, o que torna inviável qualquer conclusão acerca dessa hegemonia que já se apresenta pronta em eventos como aquele. Não poderia ser outra a conclusão do estudo: “os atores mais poderosos neste regime de governança transnacional são as corporações privadas” (FONTOURA; BHARUCHA; BÖHM, 2016, p. 368).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar queremos retomar os dois elementos centrais da reflexão que propomos: irrelevância e efeitos perversos.

O tema da relevância tem sido recorrente entre estudiosos de MSs, usualmente referindo-se ao artigo de Bevington e Dixon (2005). O argumento desses autores é que as abordagens do *mainstream* no estudo de MSs são irrelevantes para os participantes. Apesar de concordarmos com a crítica ao viés estrutural dessas abordagens, discordamos do critério da utilidade para definir uma boa teoria³. Apesar dessa discordância, não há como desconsiderar o problema da relevância.

3 Bevington e Dixon (2005) defendem que a tarefa dos acadêmicos é examinar vários problemas sociais e, então, identificar padrões, contribuindo para a produção e conclusões universalistas e, portanto, teoria valiosa. Eles não apenas assumem o objetivo da generalização, mas também posicionam a teoria antes da prática: a teorização é papel da academe-

Esse é, certamente, o caso da ênfase em aspectos operacionais e a análise de MS por uma via heurística. Vimos que as abordagens de MSs como redes – seja nas abordagens de Diani ou de Castells, apesar de suas diferenças – buscam uma definição para os movimentos nas conexões entre os elementos das redes que os conformam, sejam eles indivíduos ou não. Mais precisamente, a ênfase está nas formas pelas quais essas conexões se dão, e nas maneiras pelas quais os elementos das redes podem ou não entrar em algum tipo de interação.

Na abordagem de redes se mantém uma configuração estrutural funcionalista ao privilegiar aspectos como o compartilhamento de valores, a adequação a uma estrutura social que pode outorgar oportunidades interessantes e a agência de atores com mais ou menos recursos.

Na proposição dos MSR fica ainda mais evidente que os meios que os coletivos lançam mão em suas estratégias de enfrentamento são tomados como sendo o próprio movimento. Sendo a Internet um veículo que, atualmente, é utilizado pelos mais variados grupos nas mais variadas atividades da vida humana organizada, essas abordagens enfatizam tanto o meio operacional que chegam ao ponto de confundir a existência dos MSs com a própria Internet. Ora, isso autorizaria a análise de qualquer fenômeno social e organizacional a fazer o mesmo, afinal, qual é o grupo que não lança mão dessa ferramenta nas suas atividades atualmente?

Já na abordagem de articulações e cadeias de equivalência, a centralidade da análise se dá nas formas pelas quais distintos grupos enquanto singularidades se articulam em cadeias discursivas de equivalência que manifestam uma universalidade, ao eleger um antagonismo em comum. Assim como na abordagem de redes e na dos MSR, essa perspectiva cancela as singularidades de cada processo social, reduzindo-as a elementos que possam se encaixar em modelos estabelecidos *a priori*. A diferença é que esse reducionismo decorre de uma atitude pós-estruturalista na qual a estrutura social se esvanece, como se os grupos flutuassem no vazio e escolhessem suas alianças de acordo unicamente com um possível antagonismo comum. Aqui não há determinações de nenhum tipo, sequer

mia, então alguns praticantes (neste caso, ativistas de MSs) vão colocar a teoria em prática fora da academia, que continuaria a pesquisar e validar ou não a teoria em questão.

valores. A ênfase é, novamente, operativa, e o estudioso é levado por uma motivação heurística.

As três proposições teóricas analisadas compartilham uma importante insuficiência: tomam o movimento como um objeto em si mesmo, sem considerar os conteúdos sociais e políticos. Isso é compreensível na abordagem estrutural-institucionalista de Diani (2015), já que, desde a posição na qual se coloca, a explicitação de uma ontologia e de uma posição política sobre o mundo seria incoerente. Já em Castells (2015) e em Laclau e Mouffe (2004) o problema é de outro tipo. Sob a aparência de uma posição politicamente progressista se encontra um absoluto e perigoso relativismo. Ao enfatizar um meio operacional (a Internet) ou a dimensão discursiva em antagonismos contingentes, desaparece por completo a contradição que funda os conflitos sociais. Dessa maneira, o tema tabu da luta de classes convenientemente desaparece e, com ele, desaparece qualquer possibilidade de analisar o conteúdo material que demanda a organização em MSs, as conexões dos coletivos com a base material de sua existência, a gênese de sua formação, o lugar na estrutura social que ocupam, e as razões específicas pelas quais lutam. Ora, ao dirigir essas perguntas aos fenômenos em análise, não haveria como, no caso específico, por exemplo, das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, negar que os grupos que vão às ruas bradar contra a corrupção no governo (enquanto obliteram a corrupção nas corporações) não está na mesma luta que aqueles que vão às ruas por 20 centavos. A diferença, a singularidade da luta social, não pode aparecer nas abordagens que opacificam a existência de classes sociais em favor de modelos que se concentram em explicar padrões de interação e articulações.

Essas insuficiências levam os estudiosos que enfatizam o aspecto operativo, seja ele estrutural-institucional, seja pós-estruturalista, a constatações genéricas e equivocadas. Esses equívocos têm consequências óbvias do ponto de vista da construção do conhecimento, mas podem tornam-se perversos quando ganham aderência na práxis dos movimentos, uma vez que podem levar à substituição ou negligência do trabalho constante de organização da base pela hipervalorização das trocas nas redes sociais (no caso da abordagem dos MSR) ou ao descuido com o conteúdo material da conflitividade (acobertada em supostas cadeias de equivalência) e, portanto, à perda do propósito de negar o sistema gerador de vítimas.

REFERÊNCIAS

ANSELL, C. Community embeddedness and collaborative governance in the San Francisco bay area environmental movement. In: DIANI, M.; McADAM, D. (Ed.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

BENNETT, W. L. Social movements beyond borders: understanding two eras. In: DELLA PORTA, D.; TARROW, S. (Ed.). *Transnational protest and global activism*. New York: Rowman & Littlefield, 2005.

BEVINGTON, D.; DIXON, C. Movement-relevant theory: rethinking social movement scholarship and activism. *Social Movement Studies*, v. 4, n. 3, p. 185-208, 2005.

CASTELLS, M. *End of millennium*. Oxford: Blackwell, 1998.

_____. *The Internet galaxy: reflections on the Internet, business and society*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. *Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age*. 2. ed. London: Polity, 2015.

CONTU, A. A political answer to questions of struggle. *Ephemera*, v. 2, n. 2, p. 160-174, 2002.

COX, L. *Building counter culture*. Dissertation (PhD) – Trinity College, Dublin, 1999.

COX, L.; FOMINAYA, C. F. European social movements and social theory: a richer narrative? In: FOMINAYA, C. F.; COX, L. (Ed.). *Understanding European Movements, NSMs, Global Justice Struggles, Anti-Austerity Protests*. London: Routledge, 2013. p. 7-29.

DELLA PORTA, D. Recruitment processes in clandestine political organizations: Italian left-wing terrorism. *International Social Movement Research*, n. 1, p. 155-169, 1988.

_____. Multiple belongings, tolerant identities, and the construction of “another politics”: between the European Social Forum and the Local Social Fora. In: DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. Oxford: Blackwell, 2006.

DELLAGNELO, E.; BÖHM, S.; MENDONÇA, P. Organizing resistance movements: the contribution of political discourse theory. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 141-153, 2014.

DIANI, M. The concept of social movement. *The Sociological Review*, n. 40, p. 1-25, 1992.

_____. Social movements and social capital: a network perspective on movement outcomes. *Mobilization*, v. 2, n. 2, p. 127-147, 1997.

_____. Networks and social movements: from metaphor to theory? In: CONFERENCE ON SOCIAL MOVEMENT ANALYSIS: THE NETWORK PERSPECTIVE. *Proceedings...* Loch Lomond, June 2000.

_____. Social movements, contentious actions, and social networks: from metaphor to substance? In: DIANI, M.; McADAM, D. (Ed.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003a.

_____. ‘Leaders’ or brokers? Positions and influence in social movement networks. In: DIANI, M.; McADAM, D. (Ed.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003b.

_____. *The cement of civil society: studying networks in localities*. New York: Cambridge University Press, 2015.

DUSSEL, E. *Hacia una filosofía política crítica*. Barcelona: Desclée de Brouwer, 2001.

_____. Hacia una arquitectónica de la ética de la liberación. In: Ética del discurso y ética de la liberación. Madrid: Trotta, 2004. p. 339-366.

FLORES, R. K. *Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum*. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. *Organizações & Sociedade*, v. 22, n. 73, p. 237-250, 2015.

FONTOURA, Y.; BHARUCHA, Z.; BÖHM, S. A transnational agri-food system for whom? The struggle for hegemony at Rio+20. *Revista de Administração de Empresas*, v. 56, n. 4, p. 424-437, ago. 2016.

GERAS, N. *Discourses of extremity: radical ethics and post-marxist extravagances*. London: Verso, 1990.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. vol. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere*. vol. 1. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Selections from the prison notebooks*. London: Lawrence and Wishart, 1991.

GRANOVETTER, M. Economic institutions as social constructions: a framework for analysis. *Acta Sociologica*, n. 35, p. 3-11, 1992.

GULATI, R.; GARGIULO, M. Where do interorganizational networks come from? *American Journal of Sociology*, n. 104, p. 1439-1493, 1999.

KHAGRAM, S.; RIKER, J. V.; SIKKINK, K. From Santiago to Seattle: transnational advocacy groups restructuring world politics. In: _____. (Ed.). *Restructuring world politics: transnational social movements, networks, and norms*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy*. London: Verso, 2001.

_____. *Hegemonía y estrategia socialista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LACLAU, E.; BASHKAR, R. Discourse theory vs critical realism. *Alethia*, v. 1, n. 2, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1558/aleth.v1i2.9>>. Acesso em: 16 set. 2016.

LOPES, D. *Um papo sobreo MPL com Pablo Ortellado*. 2013. Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/um-papo-sobre-o-mpl-com-o-pablo-ortellado>. Acesso em: 24 ago. 2016.

McADAM, D. Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements. In: DIANI, M.; McADAM, D. (Ed.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

McADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the relationship between social ties and activism. *American Journal of Sociology*, n. 99, p. 640-667, 1993.

MELUCCI, A. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

MISOCZKY, M. C. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. *Revista de Administração Pública*, São Paulo, v. 43, n. 5, p. 1147-1180, 2009.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K. Moving from practice to theory: the organization of the struggle for public transport in Porto Alegre (Brazil). In: INTERNATIONAL CONFERENCE IN CRITICAL MANAGEMENT STUDIES, 9., 2015. *Proceedings...* Leicester: University of Leicester, 2015.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; GOULAR, Sueli. Estudos organizacionais e Movimentos Sociais: o que sabemos? Para onde vamos?

Cadernos EBAPE.BR, v. 6, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v6n3/v6n3a07>>. Acesso em: 13 set. 2016.

OLDRINI, G. Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional. *Crítica Marxista*, n. 8, p. 67-80, 1999.

OLIVEIRA, C. M.; FLORES, R. K. Conflitos no espaço urbano: um Cais Mauá de Todos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 2, 2016.

OLIVEIRA, C. M. de; MISOCZKY, M. C. Urban entrepreneurialism in FIFA World Cup host cities: the case of Porto Alegre. *Organização & Sociedade*, v. 23, n. 79, 2016.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

OTTO, B.; BÖHM, S. “The people” and resistance against international business: the case of the Bolivian “water war”. *Critical Perspectives on International Business*, v. 2, n. 4, p. 299-320, 2006.

PASSY, F. Social network matter. But how? In: DIANI, M.; McADAM, D. (Ed.). *Social movements and networks*: relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 21-48.

PINTO, F. de A. *A organização do transporte coletivo urbano rodoviário de Porto Alegre*: em benefício de quem? Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

POMAR, M. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDEN-SNAIDER, E. et al. (Ed.) *Vinte centavos*: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013. p. 8-21.

PUTNAN, R. D. *Making democracy work*: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SCHERER-WARREN, I. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. Palestra proferida na mesa-redonda: “A sociedade em rede

e cibercultura”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ÉTICA E CIDADANIA, 2000, Curitiba. *Anais...* Curitiba, out. 2000.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. Das mobilizações às redes de Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012.

TARROW, S. The new transnational contention: organizations, coalitions, mechanisms “rooted cosmopolitans”. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING. *Proceedings...* Boston, 2002.

TILLY, C.; TARROW, S. *Contentious politics*. London: Paradigm, 2007.

TOURAINE, A. An introduction to the study of social movements. *Social Research*, n. 52, p. 749-788, 1985.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, H. et al. (Ed.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Campinas: Boitempo, 2013. p. 35-40.

VIANA, S. *Técnicas para a fabricação de um novo engodo, quando o antigo pifa*. 2013a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/21/tecnicas-para-a-fabricacao-de-um-novo-engodo-quando-o-antigo-pifa>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, H. et al. (Ed.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Campinas: Boitempo, 2013b. p. 95-104.